



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PATRÍCIA
ANDRADE
CASTRO
CARVALHO
03/09/2026 15:04

Subcomitê Gestor de Metas
Biênio 2024/2026

Ata de reunião n. 05/2026

1. Informações da reunião

Data: 25/08/2026 **Hora:** 11h **Tipo:** ordinária
Formato: online **Local/Plataforma:** Google Meet

2. Participantes

Integrantes (membros)	
Excelentíssimo Desembargador	Paulo José Ribeiro Mota
Titular da Secretaria da Corregedoria Regional	Vanessa Borelli Silva
Diretor da Coordenadoria de Estatística	Gustavo Miranda Silva
Diretora da Coordenadoria de Governança e Projetos	Patrícia Andrade Castro Carvalho

Ausência de Integrante (membro)	
Juiz Auxiliar da Presidência Thomaz Moreira Werneck	Compromisso institucional

3. Pauta

Item	Assunto
I	2ª Reunião Preparatória para o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário - Apresentação dos resultados das Metas Nacionais referentes ao mês de julho/2026 - Apresentação do Relatório de Ações de Comunicação - Campanha Institucional de Incentivo à Realização dos Exames Médicos Periódicos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

4. Breve relato

O Desembargador Paulo Mota iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os membros e, em seguida, passou a palavra ao Diretor Gustavo, que apresentou informações acerca da 2ª Reunião Preparatória para o XX Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Inicialmente, foram apreciadas as propostas relativas às Metas Nacionais para o exercício de 2027, com destaque para a Meta Nacional 1, para a qual foi apresentado requerimento visando à inclusão de cláusula de barreira de 40%.

No que se refere à Meta Nacional 2, o Diretor informou que está prevista a exclusão do percentual de 94% anteriormente estabelecido na primeira parte da meta. Quanto à segunda parte, foi apresentada a proposta de identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2027, 99% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de cinco anos, tomando-se como referência os processos que se encontravam pendentes desde 2022. Pontuou, ainda, que as demais Metas Nacionais não sofreram alterações em relação às propostas anteriormente apresentadas.

Quanto à Meta Nacional 9, foi esclarecido que a proposta é que apresentar um projeto, não sendo necessária, para sua execução, a participação interinstitucional.

Em relação às Metas Específicas, foi informado que a proposta contempla a exclusão das metas específicas atualmente estabelecidas, com exceção da meta relacionada à qualidade da execução, que deverá ser mantida.

O Diretor Gustavo ressaltou, ainda, a importância do acompanhamento das discussões realizadas no âmbito do CNJ, considerando que as definições decorrentes do processo preparatório subsidiarão a formulação das metas para o próximo exercício e orientarão o planejamento e o monitoramento do desempenho institucional.

Em seguida, apresentou os resultados das Metas Nacionais referentes ao mês de julho de 2026:

- **Índice de processos julgados (Meta Nacional 1)** - Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de processos distribuídos no 1º e 2º graus de 20/12/2025 a 19/12/2026, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2025 a 19/12/2026. O TRT2 atingiu 89,49% de cumprimento da Meta 1.
- **Índice de processos antigos julgados (Meta Nacional 2) - parte 1** – A meta é identificar e julgar, até 31/12/2026, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024 nos 1º e 2º Graus. Informou que, considerando a quantidade de processos antigos julgados no 1º e 2º graus, o TRT-2 consegue manter o cumprimento da meta desde o mês de janeiro, atingindo o percentual de 105,88% de cumprimento da meta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

- **Índice de processos antigos julgados (Meta Nacional 2) - parte 2** - A meta é identificar e julgar, até 31/12/2026, todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2021), nos 1º e 2º Graus. Afirmou que a meta foi cumprida, atingido o percentual de 100% de cumprimento da meta.
- **Estimular a Conciliação (Meta Nacional 3)** – A meta é aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação. O Diretor Gustavo esclareceu que o percentual a ser considerado para o cumprimento da Meta 3 de 2026 é de 47,08% de conciliações (ou mais) na fase de conhecimento (Índice de Conciliação - IC). Ao final do mês de julho esse índice não foi alcançado (IC: 44,46%), porém a meta foi cumprida devido à cláusula de barreira de 38%.
- **Reduzir a Taxa de Congestionamento, exceto execuções fiscais (Meta Nacional 5)** – A meta é reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025. Possui cláusula de barreira na fase de conhecimento de 40% e cláusula de barreira na fase de execução de 45%. Esclareceu que, quanto maior o índice de congestionamento, mais difícil é para o tribunal lidar com seu estoque de processos. Trata-se de uma meta com evolução gradual ao longo dos meses, com expectativa de cumprimento a partir do 3º trimestre. Destacou que houve 67,96% de cumprimento da meta.
- **Estimular a Inovação no Poder Judiciário (Meta Nacional 9)** – A meta é desenvolver, no ano de 2026, dois projetos dois inovadores, um com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), e um com foco na melhoria organizacional (processos internos), relacionados a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação de ao menos duas instituições públicas. Patrícia afirmou que o "Projeto IARA - Pauta Estratégica de Audiências", que é uma iniciativa de inovação desenvolvida em parceria entre os TRTs da 15ª e da 2ª Região, encontra-se em andamento e dentro do cronograma. O projeto encontra-se em formação para criação do Grupo de Trabalho para realização dos testes e agendamento de reunião para prova de conceito do Mínimo Produto Viável (MVP). Informou que, quanto ao projeto com foco nos processos internos, a parceria está sendo realizada com o TRT11 e que o Projeto escolhido foi o ECOS: Ecossistema de Contratações Sustentáveis. Pontuou que o projeto consiste na implementação de solução inovadora baseada em Inteligência Artificial para estruturar um ecossistema institucional de apoio às contratações sustentáveis, voltado à elaboração, análise e validação de editais, promovendo conformidade normativa, eficiência administrativa, padronização de procedimentos e fortalecimento da cultura ESG no âmbito da Justiça do Trabalho. Destacou que o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi publicado, foi desenhado o prompt das contratações e houve realização de testes dos prompts criados. Informou que o projeto está dentro do cronograma estabelecido.
- **Meta Específica 3 - Índice de Execuções Extintas por Satisfação da Obrigação (IEESO)** – A meta é aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais. Gustavo esclareceu que a meta afere o percentual de execuções extintas por satisfação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

da obrigação em relação ao total de execuções extintas no período de referência, de modo a melhorar a qualidade do resultado das execuções e que o TRT2 atingiu 100,36% de cumprimento da meta.

- **Meta 12 - Promover a saúde de magistrados e servidores** – A meta tem por objetivo promover a saúde de magistrados(as) e servidores(as). Ao final do mês de julho o TRT-2 realizou mais de 3 ações para redução de doenças mais frequentes ou que contribuem para o absenteísmo e 12,5% de servidores(as) realizaram exame médico. Já o percentual de magistrados(as) que realizaram exame ficou em 0,7%. Além disso, houve a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes. Destacou que houve 28,75% de cumprimento da meta. A Assessora Patrícia apresentou o Relatório de Ações de Comunicação, realizado pela Secom, referente à Campanha Institucional de Incentivo à Realização dos Exames Médicos Periódicos.

O Desembargador Paulo Mota agradeceu, mais uma vez, a presença dos membros do Colegiado e encerrou a reunião.

5. Deliberações

Após exposição e discussão a respeito dos assuntos da pauta, foram tomadas as seguintes deliberações:

Descrição	Responsável pelo cumprimento

6. Próxima reunião

Data: 21/09/2026, às 11h

7. Assinatura do(a) coordenador(a) do colegiado

PAULO JOSE RIBEIRO MOTA:56693

Assinado de forma digital por PAULO JOSE RIBEIRO MOTA:56693
Dados: 2026.09.03 14:11:05 -03'00'

Assinatura eletrônica, conforme selo de autenticidade.